

Tania L. Wind. *Mosaicos de culturas de leitura e desafios da tradução na literatura infanto-juvenil*. Jundiaí, Paco Editorial, 2015.



Álvaro FALEIROS*
Universidade de São Paulo, Brasil

Publicado em 2015 pela obscura Paco Editorial, o livro *Mosaicos de culturas de leitura e desafios da tradução na literatura infanto-juvenil* é infelizmente um dos poucos estudos publicados na forma de livro dedicado à tradução de literatura infanto-juvenil no Brasil.

Dividido em quatro capítulos, o livro de Wind objetiva, a partir de uma abordagem comparativa da literatura e culturas de leitura no Brasil, nos Estados Unidos e na Inglaterra, apresentar uma análise das traduções de dois livros ilustrados voltados para o público infanto-juvenil: *Where the Wild Things Are (Onde vivem os monstros)*, de Maurice Sendak, e *Mr. Peabody's Apples (As maçãs do Sr. Peabody)*, de Madonna.

277

No primeiro capítulo, intitulado “A contribuição da literatura infantil na formação de uma consciência nacional, no Brasil e nos Estados Unidos”, a autora visa, primeiramente, a descrever o contexto histórico-cultural do gênero literatura infanto-juvenil. Baseando-se, sobretudo, no já clássico e incontornável *Crítica, teoria e literatura infantil* de Peter Hunt, Wind relembra a dificuldade de se definir o que é literatura infantil e de como certa indefinição torna o gênero especialmente rico por sua abrangência e seu caráter lúdico. Essa dificuldade não impede Hunt de identificar algumas de suas características, como o fato de serem em geral mais curtos, convencionais, moralizantes e otimistas. Obras como as fábulas de La Fontaine, os contos de fadas ou ainda os clássicos medievais de cavalaria ilustram o caráter mais conservador e tradicional ao qual se associa o gênero. Nesse sentido, como aponta Nely Novaes Coelho, cabe destacar o papel do cristianismo na escolha, censura e divulgação dessas obras nos primórdios dessa literatura.

Nesse mesmo capítulo, a apresentação de como surgiu a literatura infantil na Inglaterra, nos Estados Unidos e no Brasil permite ao leitor interessantes comparações. Partindo do modo como se constitui a própria ideia de infância e de literatura infantil na Inglaterra da segunda metade do século XIX, passando pela importação do modelo nos Estados Unidos do século XX,

chega-se, por meio dos trabalhos de Regina Zilberman e de Marisa Lajolo, à constatação de que a leitura romântica idealizadora do “folclore” caracteriza a literatura infantil no Brasil até Monteiro Lobato. Além do papel central de Lobato na tradução e publicação de obras estrangeiras, as dimensões lúdicas e formadoras da obra de Lobato são ressaltadas, assim como seu papel central na constituição de uma primeira literatura infantil brasileira.

No segundo capítulo, intitulado “A importância dos clássicos e de uma cultura de leitura e formação do indivíduo”, são retomadas definições de clássico, como as de Ítalo Calvino e de George Steiner, em que se reafirma o aspecto polissêmico e a consequente capacidade de atualização dessas obras. Aqui Peter Hunt retorna para apoiar o entendimento de que também na literatura infantil estamos diante de uma possível multiplicidade de leituras em função dos juízos de valor do leitor, o que evidencia a não existência de textos neutros na literatura infanto-juvenil. A reflexão se desdobra em torno do papel da memória e da experiência residual como aspectos que configuram modos de se ler. Em seguida, a autora se debruça sobre os obstáculos culturais e sociais para o desenvolvimento do gosto pela leitura entre os jovens leitores brasileiros. Dentre os fatores, aparecem os de sempre, prova da situação crônica em que nos encontramos. Assim, o analfabetismo e a desigualdade social são destacados, além da mais do que conhecida falta de hábito de leitura entre pais e professores.

278

Ainda no mesmo capítulo, passa-se à descrição do “caráter extremamente nacional” da literatura infantil nos Estados Unidos e na Inglaterra. Mesmo que a articulação entre este tema e o anterior seja bastante frágil, interessam os dados apresentados. Observa-se que apenas 1% dos livros infantis publicados por ano nos Estados Unidos não costumam ser originalmente escritos em inglês, enquanto na Finlândia o número de livros infantis estrangeiros traduzidos chega a 80%. A abertura dos finlandeses ao outro, identificada por Riita Oittinen, é relativizada pela própria autora pelo grau de “domesticação” por que passam essas obras, lançando luz para a permanente tensão que perpassa a relação com o outro, mesmo num contexto menos etnocêntrico do que o estadunidense.

O Brasil aparece numa posição intermediária, com 50% dos títulos infantis sendo originalmente escritos em línguas estrangeiras, sobretudo do inglês. Chama atenção a lista com os 10 títulos de literatura infanto-juvenil mais vendidos entre 1994 e 2004 feita por Arnaldo Cortina. Nela Ziraldo e Ana Maria Machado vêm acompanhados de Saint-Exupéry e, sobretudo, de bestsellers de língua inglesa, com destaque para *Harry Potter*. Wind é levada assim a constatar que falta no mercado de literatura infantil no Brasil uma maior variedade de gêneros, além do pouco conhecimento do que nossas crianças e adolescentes desejam e pensam.

A falta de estímulo também se dá pela ausência de programas de acesso ao livro. A interrupção do programa “Literatura em Minha Casa”, que de 2000 a 2004 havia garantido a distribuição de milhões de livros para crianças e bibliotecas escolares, aparece como mais um fator que dificultou ou, em muitos casos, impossibilitou o desenvolvimento do gosto pela leitura entre os jovens, muitos deles hoje professores. Sem a formação desses mediadores muito dificilmente o Brasil produzirá melhoria significativa nas condições de vida dos mais desvalidos; e muito provavelmente as descontinuidades nas políticas de desenvolvimento da leitura, somadas à falta de visão dos dirigentes brasileiros ao longo de todo nosso frágil e ameaçado processo de redemocratização, contribuem para os desalentadores resultados aos quais temos chegado.

O terceiro capítulo, “Mosaicos de culturas e traduções/adaptações no processo cultural de leitura de uma nação”, começa refletindo sobre a dificuldade de se definir cultura. O instigante entendimento de Inglis de que a cultura é “um conjunto de estórias que contamos a nós mesmos sobre nós mesmos” permite a Wind alinhar-se com aqueles que compreendem que a “identidade” é historicamente mutante, formada pela experiência singular e pelo modo como é atravessada pelas tradições narrativas e os campos metafóricos em que cada um de nós se situa. Nesse contexto, as três grandes configurações de multiculturalismo propostas por Vera Maria Candau e Antônio Flávio Moreira, em *Multiculturalismo: diferenças culturais e práticas pedagógicas*, ganha particular interesse.

Temos assim um primeiro multiculturalismo que seria “assimilacionista” e que procura integrar os grupos marginalizados e as minorias aos conhecimentos dos grupos de poder dominantes. Não é difícil reconhecer esse tipo de visão entre aqueles que controlam as políticas públicas hoje em boa parte do planeta, inclusive no Brasil. O segundo multiculturalismo, chamado de “diferencista/plural”, ao enfatizar o reconhecimento das diferenças, vive o paradoxo de, por um lado, valorizar a cultura particular de cada grupo e, por outro lado, produzir verdadeiros *apartheids* socioculturais, tão recorrentes nos estudos culturais. O terceiro multiculturalismo, dito “interativo”, valorizaria a hibridização por meio da negociação cultural. Catherine Walsh é aqui mobilizada, pois, para ela, a interculturalidade é...

...um espaço de negociação e de tradução onde as desigualdades sociais, econômicas e políticas e as relações de conflito e de poder da sociedade não são mantidos ocultos e sim reconhecidos e confrontados. Uma tarefa social e política que interpela ao conjunto da sociedade, que parte de práticas e ações sociais concretas e conscientes e tenta criar modos de responsabilidade e solidariedade.

Essa interessante definição, citada por Wind via Candau e Moreira, permite à autora chegar à ideia de “cultura mosaico”. Estamos aqui diante desse conceito-chave e,

provavelmente, o ponto alto do livro. A expectativa que se cria no leitor é de que esse “arco-íris de culturas” permitiria à autora analisar, como ela diz, representações dos outros. Observa-se, contudo, uma retomada das reflexões sobre dificuldades de se ensinar a ler no Brasil, na Inglaterra e nos Estados Unidos, desta vez avançando um pouco mais no tempo. Uma vez mais, são os trabalhos de Peter Hunt que informam sobre certa abertura em relação às minorias na Inglaterra. Quanto aos Estados Unidos, destaca-se a existência de uma censura maior em relação à literatura infantil, assim como a tendência mais etnocêntrica de assimilação das minorias, atitude típica das culturas dominantes.

Quanto ao Brasil, chama a atenção a *afirmação* de Wind de que “muitos livros infantis atuais recorrem aos princípios lobatianos de tentar mostrar uma verdadeira imagem de todos os impasses e crises presentes dentro da sociedade moderna”. Ainda que o caráter totalizador dessa afirmação seja contestável, não deixa de ser interessante olhar para o legado de Monteiro Lobato de modo mais complexo, evitando juízos de valor anacrônicos. Outro ponto que chama a atenção de Wind é o caráter excessivamente instrumentalizado do ensino da literatura em nosso país, ilustrado, por exemplo, pela insistência das políticas públicas em listas estáticas e tradicionais de livros clássicos.

280

Tentando de algum modo superar o impasse, Wind propõe no capítulo final, “Traduções, história e cultura e análises de livros selecionados infantis”, o estudo de traduções de dois livros ilustrados voltados para o público infante-juvenil: *Where the Wild Things Are (Onde vivem os monstros)*, de Maurice Sendak, e *Mr. Peabody’s Apples (As maçãs do Sr. Peabody)*, de Madonna. O capítulo inicia-se com uma retomada bastante ligeira de teorias da tradução desde Cícero até Gertzler, passando por autores como Nida, Steiner, Lefevere, Venuti, Ricoeur, Bassnett... Um conjunto tão diverso torna esse início de capítulo um tanto escolar e confuso. Essa falta de clareza ecoa também no modo como os livros escolhidos são analisados. Assim, em relação a *Where the Wild Things Are*, surge como terceiro ponto de comparação uma tradução para o espanhol publicada nos Estados Unidos, sem que essa escolha seja explicada de modo convincente.

Enfim, o modo um tanto apressado como o livro termina faz com que as interessantes colocações e os relevantes dados que se encontram nos capítulos anteriores contribuam pouco para as interpretações das traduções dos livros feitas no capítulo final. Com efeito, estas acabam sendo muito mais textuais do que históricas e sociológicas, o que desarticula consideravelmente o último capítulo dos precedentes. Outra ausência sentida é o silêncio em relação aos poucos, porém importantes estudos brasileiros sobre o tema, notadamente os trabalhos de João Azenha

Jr, sintetizados no capítulo “Tradução & literatura infantil e juvenil”, publicado em *Tradução & Perspectivas teóricas e práticas*, organizado por Lauro Maia Amorim, Cristina Carneiro Rodrigues e Érika Nogueira de Andrade Stupiello (Editora Unesp, 2015). Essas lacunas não tiram, contudo, o mérito deste estudo quase pioneiro entre nós, uma vez que ainda são bastante raras as publicações dedicadas a esse tema tão rico e fascinante.

* Álvaro FALEIROS. Doutor em Letras - Língua e Literatura Francesa (2003) pela Universidade de São Paulo. Mestre em *Linguistique* (1998) pela Université du Québec à Montréal, Canadá. Graduado em Ciências Sociais (1994) pela Universidade Estadual de Campinas. Realizou estágio de pós-doutorado (2018) na Université de Montréal, Canadá. É professor livre-docente de Literatura Francesa da Universidade de São Paulo.
Currículo Acadêmico: <http://lattes.cnpq.br/0352714063327188>
ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-7507-7801>
E-mail: alvarofaleiros@gmail.com